



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Orientação Técnica de Corregedoria 0003/2022

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	Todas Unidades Orçamentárias
INTERESSADO:	Todas as Secretarias do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Exercício de atividades particulares por servidores públicos no curso de licença para o tratamento de saúde.

Exercício de atividades remuneradas e não remuneradas durante licenças para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família.

Cuiabá - MT
Dezembro/2022



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Orientação Técnica elaborada com a finalidade de estabelecer os efeitos decorrentes dos afastamentos de servidores por motivo de licença médica para tratamento da própria saúde ou da saúde de pessoa da família, especialmente, quanto ao exercício de atividades particulares no curso da licença.

2. Em cumprimento à missão institucional, este produto foi formulado nos termos da Ordem de Serviços nº 127/2022, expedida para elaboração de orientações e recomendações necessárias ao aperfeiçoamento do Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

3. Tem se tornado comum o questionamento por parte das Unidades Setoriais de Correição sobre a possibilidade de servidores, que estejam afastados por motivo de licença médica para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família, exercerem outras atividades laborais na iniciativa privada.

4. Inicialmente, é preciso esclarecer que o assunto foi tratado no Relatório de Auditoria RA nº 0814/2021, no qual foram levantadas várias situações de afastamentos irregulares, inclusive, com o recebimento de valores durante o período de licença.

5. É notório que tais questionamentos merecem atenção especial, visto que estão intimamente ligados a questões disciplinares, bem como por existirem lacunas legais observadas e ausência de normatização específica sobre o tema no plano estadual, além de escassos estudos específicos, doutrinários e jurisprudenciais a enfrentarem a questão.

6. Ademais, ante a significativa quantidade de situações que podem existir, é imperioso que se estabeleça orientação, a fim de que haja uniformidade nas decisões tomadas para casos em que o servidor seja afastado por motivo de licença para tratamento da própria saúde ou de pessoas diretamente e ele vinculadas.

3 ANÁLISE

DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

7. O exercício de atividade privada é residual, ou seja, toda atividade que não for realizada como uma atuação do setor público será considerada privada. Essa conceituação dá-se porque muitas atividades podem ser prestadas tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, a exemplo da saúde, da educação, entre outras.

8. Portanto, atividade privada é toda aquela que não é pública, que não é estatal.

9. Inicialmente, cabe destacar que o exercício de atividades privadas é admitido ao servidor público quando tais atividades sejam compatíveis com o cargo, emprego ou função, com o horário de trabalho e não causem conflito de interesses, atendendo, assim, aos princípios da Administração Pública insculpidos no artigo 37 da Carta da República e aos demais princípios implícitos.

10. Conforme preceitua a Carta Magna, em seu artigo 37, XVI, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11. Nota-se que não há restrições quanto ao exercício de atividades privadas, tão somente proíbe-se a acumulação remunerada de cargos públicos, excepcionando-se o que dispõe as alíneas a a c, desde que haja compatibilidade de horário e seja observado o teto remuneratório.

12. É necessário observar que o exercício de atividade privada por servidor público comporta algumas vedações, isto porque em algumas situações o servidor estará impedido de laborar na iniciativa privada, concomitantemente ao exercício de cargo ou função pública.

13. Ressalta-se ainda que a atividade privada é vedada aos servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão e ao empregado público que por força de lei esteja subordinado ao regime de dedicação exclusiva, assim considerados somente aqueles para os quais haja previsão legal.

14. A Lei Complementar nº 04 de 1990 (Regime Jurídico do Servidor Público Civil do Poder Executivo de Mato Grosso), em seu artigo nº 144, XVIII, proíbe o servidor público de exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

15. Deste modo, para que o servidor possa exercer atividades privadas, concomitantes com





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

seu vínculo funcional, é necessário observar se não há alguma incompatibilidade, que possa impedi-lo de exercê-las.

16. Dentre outras, consideram-se incompatíveis com a função pública o exercício de atividades privadas que gerem conflito de interesses, que beneficie o servidor pelo conhecimento obtido no exercício da função pública, que seja conflitante com o horário de trabalho.

DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA DURANTE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE

17. A licença para tratamento da própria saúde é um direito do servidor e tem previsão na Lei Complementar nº 04 de 15 de outubro de 1990, Seção IV, artigos 229 a 234, é também abordada no artigo 129, VII, b da mesma norma:

Art. 129 . Além das ausências ao serviço previstas no artigo 125, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

(...)

VIII - licença:

(...)

b) para tratamento da própria saúde , até 02 (dois) anos ;

(...)

SEÇÃO IV

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 229. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 230 . A Inspeção para fins de licença para Tratamento de Saúde será feita pelo Médico Assistente do órgão da Previdência Estadual ou por Junta Médica Oficial, conforme se dispuser em regulamento. *(Nova redação dada pela LC 12/92)*

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

§ 2º Inexistindo médico do órgão ou entidade no local onde se encontra o servidor, será aceito atestado passado por médico particular.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o atestado só produzirá efeitos depois da homologação pelo setor médico do respectivo órgão ou entidade.

§ 4º No caso de não ser homologado a licença, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado, como de faltas justificadas, os dias em que deixou de comparecer ao serviço por esse motivo, ficando, no caso caracterizado a responsabilidade do médico atestante.

§ 5º Será facultado à administração, em caso de dúvida razoável, exigir inspeção, por junta médica oficial.

Art. 231 . Findo o prazo de licença, se necessário, o servidor será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 232 . O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou quaisquer das doenças especificadas no art. 213, parágrafo 1º.

Art. 233 . O servidor que apresente indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.

Art. 234 . Será punido disciplinarmente o servidor que se recusar à inspeção médica, cessando os efeitos da pena logo que se verifique a inspeção.

18. Cumpre ressaltar que a lei somente traz expressamente a vedação ao exercício de atividade remunerada nos casos de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, nos termos do art. 103, §3º, inciso I, da Lei Complementar nº 04 de 1990:

Art. 103. Conceder-se-á, ao servidor, licença:
I por motivo de doença em pessoa da família;
(...)

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença previsto no inciso I deste artigo,





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

ressalvada a hipótese do artigo 105 e seus parágrafos.

19. Constata-se que inexistente disposição expressa no mesmo sentido para a licença para tratamento da saúde do próprio servidor, notadamente no Regime Jurídico do servidor público do Estado de Mato Grosso, consubstanciado na Lei Complementar nº 04/1990.

20. Ocorre que a ausência de disposição expressa em lei não significa que inexistam vedação à prática da conduta pelo agente público.

21. É notório que a Administração Pública se rege por princípios, dentre eles o da moralidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e, também, o da eficiência.

22. A Corte Suprema já se manifestou no sentido de que por meio dos princípios constitucionais, sejam eles explícitos ou implícitos, poderão ser aplicadas sanções pela prática de atos contrários a esses mesmos princípios.

23. Exemplo claro é o Nepotismo, previsto inicialmente na Súmula 13 do STF, mesmo sem a existência de norma legal, à época de sua edição, considerou-se ilegal e passível de punição tal prática.

24. No que tange à licença para tratamento da própria saúde, é possível inferir que com base nos princípios da moralidade, da razoabilidade e da eficiência não é permitido ao servidor durante esse afastamento exercer qualquer outra atividade remunerada, sob pena de infração disciplinar.

25. O afastamento do servidor nessas circunstâncias pressupõe sua total incapacidade para o labor. De modo que permitir que ele exerça outra atividade remunerada afronta os princípios constitucionais supramencionados.

26. Observa-se, ainda, que a LC 04/90, em seu art. 129, VIII, b estabelece o prazo de até 2 (dois) anos para o afastamento. Ultrapassado esse prazo o servidor deverá ser aposentado ou reaproveitado em outro cargo, cujas características comportem sua atuação, inteligência dos artigos 129, VIII, b, 40, § 2º e 215 e parágrafos, todos da LC 04/90.

27. Ao tratar das vedações aos servidores públicos, a Lei Complementar Estadual nº 04 de 15 de outubro de 1990 estatui em seu artigo 144, XVIII, que é vedado exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

trabalho, ou seja, qualquer atividade que possa afetar o desempenho das funções atribuídas ao servidor deve ser evitada, a fim de que a prestação do serviço seja realizada com eficiência e atenda adequadamente ao interesse público.

28. Cumpre ressaltar que o Decreto Estadual nº 5.263, de 14 de outubro de 2002, o qual institui Regulamento de Perícias Médicas do Estado de Mato Grosso, assim estabelece:

Decreto Estadual nº 5.263

Art. 80. A Divisão de Perícias Médicas do Estado de Mato Grosso DPM promoverá a cassação das licenças médicas concedidas, quando for comunicado pela Secretaria onde o servidor tiver exercício que aquele está dedicando-se a atividade remunerada, sem prejuízo às penalidades previstas em legislação própria, conforme apurado em sindicância.

29. No âmbito federal a mesma linha é seguida pelos órgãos da Administração Pública, em observância à doutrina e à jurisprudência, conforme é possível verificar abaixo:

Pareceres PGFN/COJED/N. 2103/2013 e PGFN/COJED/N. 1191/2014, respectivamente, da lavra das Procuradoras da Fazenda Nacional Renata Cochrane Feitosa e Luzia Fonseca Azevedo.

...agiu de forma ímproba quando, dolosamente, exerceu outra atividade remunerada em períodos que estava afastada de suas atividades de Auditora Fiscal para tratamento de sua saúde e de familiar, incorrendo na infração disciplinar enquadrada no inciso IV do artigo 132 da Lei n. 8.112/90, na forma definida no caput do artigo 11 da Lei n. 8.429/92. Ao final, a Comissão propôs a aplicação de penalidade de cassação de aposentadoria. A conclusão exarada pela Comissão Processante mostra-se correta pela comprovação da materialidade e da autoria do fato. Feita a análise quanto à subsunção dos fatos à norma reputada por violada, resta indagar sobre a pertinência e adequação da penalidade disciplinar, segundo os critérios previstos no art. 128, da Lei nº 8.112, de 1990, e à luz dos princípios informadores da razoabilidade e





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

proporcionalidade, de forma a se possibilitar a escoreita individualização da pena ao caso em exame. (...)

Com efeito, se mostra proporcional a pena de cassação de aposentadoria, considerando que ao longo de toda sua vida funcional, a acusada, reiteradamente, afastou-se do serviço público e continuou a exercer atividades remuneradas na atividade privada, sendo que os atestados médicos atestavam que ela estaria inapta à atividade laborativa, seja ela qual fosse.

Ressalte-se que, ainda que se considerasse justificável a acusada exercer outra atividade durante o período em que estava afastada do serviço público como sendo uma forma de auxiliar no tratamento de depressão, não há como se justificar os demais períodos em que a servidora se afastou por diversas outras doenças.

Assim, está patente nos autos que a ex-servidora agiu de forma desleal e demonstrou falta de comprometimento com o serviço público, pois, sempre que tinha oportunidade, apresentava atestados médicos para se afastar de suas atividades como Auditora Fiscal. Todavia, mantinha suas atividades na iniciativa privada, atividades essas que sempre foram prioridade para a requerente, uma vez que trabalhava supostamente doente, contrariando ordens dos médicos que subscreveram os atestados com prescrição de absoluto repouso.

Julgamento da Apelação n. 0001365-08.2011.8.26.0648, sob a relatoria do Desembargador Wanderley José Federighi, a 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo assim decidiu:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Improbidade administrativa
Servidor público que obteve licenças de saúde indevidas e que durante este tempo, prestou serviços a terceiros e à Câmara Municipal de Ibirá, na qualidade de sócio de empresa de contabilidade. Prova abundante no sentido da existência de irregularidade em questão. Violação a vários princípios referentes à Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade e da moralidade. Aplicação



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

das sanções previstas em lei, segundo o princípio da proporcionalidade. Sentença mantida Recurso desprovido.

30. É possível verificar a existência de norma jurídica implícita, no plano normativo, no sentido da proibição do exercício de atividade laboral remunerada pelo servidor público do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso quando no usufruto de licença para tratamento da própria saúde.

31. Ademais, conforme manifestação do STF, incide também a clássica regra de interpretação do Direito que reclama a aplicação das mesmas consequências jurídicas onde presente os mesmos fundamentos decisórios (do julgador e do legislador). Manifestação do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 835.442/RIO DE JANEIRO:

Aplicação das regras de hermenêutica jurídica segundo as quais: Ubi eadem ratio ibi idem jus (onde houver o mesmo fundamento haverá o mesmo direito) e Ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir).

DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA DURANTE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

32. Conforme estatui a Lei Complementar nº 04 de 15 de outubro de 1990, em seus artigos nº 103 a 105:

Art. 103 . Conceder-se-á, ao servidor, licença:
I - por motivo de doença em pessoa da família ;
II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
III - para serviço militar;
IV - para atividade políticas;
V - prêmio por assiduidade;
VI - para tratar de interesses particulares;
VII - para qualificação profissional.

§ 1º A licença prevista no inciso I será precedida de exame por médico da junta médica oficial.



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

§ 2º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II, III, IV e VII deste artigo.

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo, ressalvada a hipótese do artigo 105 e seus parágrafos.

Art. 104. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Art. 105. Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até um 01 (um) ano, com 2/3 (dois terços) do vencimento ou remuneração, excedente, esse prazo, até 02 (dois) anos.

33. Destaca-se entre as licenças acima citadas, a do inciso I, do artigo 103, a qual deverá ser precedida de exame por médico da junta médica oficial, sendo vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença nele prevista.

34. A concessão de licença a servidor por motivo de saúde em pessoa de sua família (cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil) pressupõe a imprescindibilidade da assistência a ser dada pelo servidor ao membro da família. De modo que não seria possível conciliar o trabalho e os cuidados necessários ao doente.

35. Conforme consta no artigo 105 e seus parágrafos, citados acima, o deferimento da licença estará condicionado a dois fatores, a assistência direta do servidor ser indispensável,





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

e, não ser possível a prestação simultânea com o exercício do cargo. Além disso, deverá haver apuração por meio de acompanhamento social.

36. Determina, ainda, o parágrafo 2º do artigo 105, já mencionado, que a licença será sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 1 (um) ano, com 2/3 (dois terços) do vencimento ou remuneração, excedente, esse prazo, até 2 (dois) anos.

37. Desse modo, verifica-se que estando o servidor afastado, e ao mesmo tempo, recebendo remuneração do erário público, ainda que parcial, o exercício de outra atividade não seria possível, visto que a finalidade de seu afastamento estaria sendo desvirtuada e não se estaria observando os princípios da Administração Pública, tais como a moralidade e a eficiência.

38. Há que se observar o comando normativo (§ 3º do artigo 103) que veda expressamente o exercício de atividade remunerada durante o afastamento, sob pena de incorrer em ilícito que ensejará apuração na seara disciplinar.

39. Ao analisar se o afastamento do servidor por motivo de saúde de pessoa da família, que enseja a assistência direta do servidor, permitirá o exercício de alguma atividade privada ou pública remunerada, será necessário analisar o caso concreto.

40. Primeiramente, deve-se observar se o servidor não exerce atividade com dedicação exclusiva. Segundo, se o servidor exercia previamente outra atividade privada que atendia às exigências de compatibilidade de horário e ausência de conflito de interesses.

41. Poderá ocorrer de o servidor necessitar afastar-se para prestar assistência à membro da família por período parcial ou durante o dia, estando livre para o desempenho de outra atividade no período noturno, sem que isso configure uma ilicitude que tenha reflexo na esfera disciplinar.

42. Conforme já relatado no parágrafo 39, é necessário averiguar se o servidor afastado já exercia essa atividade anteriormente ou se iniciou-a após o afastamento, isto porque poderá ocorrer de o servidor necessitar do afastamento no período em que labora na Administração Pública, contudo poderá continuar a exercer a outra atividade, a qual não demandará seu afastamento, nem terá reflexo na seara disciplinar.

43. Frisa-se que as condições acima devem ser utilizadas para a aferição da possibilidade de que servidores e empregados públicos, nesta condição, possam trabalhar como empregado com vínculo privado em períodos nos quais não estejam subordinados ao





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

exercício de atividade ou serviço público para o seu órgão ou entidade.

44. Essas situações tratam de exceções à regra, a qual proíbe o exercício de outra atividade remunerada durante o afastamento do servidor por motivo de doença em pessoa da família.

45. Dúvidas surgem quando se observa a ausência de proibição do exercício de outras atividades não remuneradas. Isto deverá ser analisado com cuidado, visto que poderá ocorrer situações em que não haja reflexo na esfera disciplinar. Por esse motivo, há a ressalva ao final do parágrafo 3º do artigo 103, da LC 04/90, acima transcrito.

46. Conforme mencionado no parágrafo anterior, as atividades não remuneradas durante a licença aqui tratada requerem maior cuidado por parte da Administração, visto que poderão ocorrer por força de recomendações médicas, ou simplesmente atividades do cotidiano, necessárias para uma vida saudável física e mentalmente.

47. De modo que, as atividades necessárias para uma vida normal e saudável não poderão ser consideradas incompatíveis com as licenças vedadas pela legislação vigente.

48. Contudo, atividades cujas características destoem da normalidade, ensejarão uma reprimenda da Administração, visto que estarão em confronto com os princípios que a regem.

49. A fim de auxiliar o entendimento dessas abordagens, trazemos abaixo parte da NOTA TÉCNICA Nº 3514/2020/CGUNE/CRG emitida pela Controladoria Geral da União CGU:

[...] Atividade não laboral e não remunerada no curso das licenças para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família 4. O exercício de atividades particulares não laborais e não remuneradas, no curso das licenças em questão, caracteriza-se, em regra, como algo completamente natural e esperado. São atividades particulares, entre outras: a) o convívio familiar; b) a realização de tarefas domésticas dentro e fora do imóvel residencial; c) as modernas interações em redes sociais existentes na internet; d) a participação em eventos culturais e de lazer; e) a efetivação de exercícios físicos; f) os cultos e ritos de caráter religioso e g) ações de cunho político em vários âmbitos (associativos, partidários, etc). Em suma, o exercício de atividades particulares não





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

laborais e não remuneradas é uma fórmula linguística mais apurada de dizer: viver. Em termos disciplinares, pode ser invocado, num raciocínio a contrário sensu, o disposto no art. 148 da Lei n. 8.112, de 1990: O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. 5. Em casos específicos, no entanto, pode e deve ser objeto de verificação a natureza e extensão da atividade particular não laboral e não remunerada em confronto com as características próprias de afastamentos relacionados com o tratamento de saúde (do servidor ou familiar). 6. Parecem, em tese, incompatíveis com o gozo das licenças em tela, entre outras: a) atividades de lazer consubstanciadas em longas viagens; b) atividades de entretenimento de longa duração ou envolvendo festejos extremados e c) atividades intensas que consomem praticamente toda a atenção e energia por longos períodos de tempo. Em casos assim, salvo demonstração pertinente em contrário, parecem violadas as finalidades das licenças relacionadas com a saúde (art. 37 da Constituição e Lei n. 9.784, de 1999 art. 2o., parágrafo único, inciso VI). Ademais, esse tipo de postura do servidor em relação à Administração Pública afrontaria o princípio da moralidade (art. 37 da Constituição e art. 2o., parágrafo único, inciso IV da Lei n. 9.784, de 1999) e o dever de lealdade (art. 116, inciso II da Lei n. 8.112, de 1990).

50. Nota-se que em regra é proibido o exercício de outras atividades durante o afastamento para tratamento da saúde de pessoa da família. Contudo, algumas atividades poderão ser exercidas, desde que o servidor não exerça cargo ou função com dedicação exclusiva, a atividade já era exercida anteriormente, obedecendo às determinações legais (compatibilidade de horário e ausência de conflito de interesses), ou se trate de atividades necessárias à recuperação, no caso de licença para tratamento da própria saúde.

51. Por todo o exposto, orientamos que sejam adotadas as cautelas necessárias nos casos de licenças para tratamento de saúde, seja do próprio servidor ou de pessoa da família.





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

4 CONCLUSÃO

52. Conclui-se que nas licenças para tratamento da própria saúde o servidor estará proibido de exercer quaisquer outras atividades remuneradas, pois isso configuraria afronta aos princípios da administração, especialmente a moralidade, a razoabilidade e a eficiência.

53. Será possível, porém, o exercício de atividades não laborais, não remuneradas, necessárias à recuperação do servidor, física e mentalmente. Essas poderão ser realizadas, não caracterizando infrações disciplinares. Todavia, devem ser realizadas de maneira moderada, normal, conforme o teor da Nota Técnica 3514 de 2020 da CGU, citada acima.

54. Há que se observar, ainda, as disposições da seção IV da LC 04/90, quanto à inspeção para fins de licença para Tratamento de Saúde, a ser realizada por Médico Assistente do órgão da Previdência Estadual ou por Junta Médica Oficial, seja no início para concessão da licença, ou posteriormente (geralmente ao final) para prorrogação desta ou para aposentadoria do servidor.

55. Nos afastamentos para tratamento de saúde de pessoa da família, o servidor deverá observar a vedação ao exercício de atividade remunerada, salvo nos casos em que a atividade já era exercida anteriormente, com compatibilidade de horário de trabalho e sem conflito de interesses; sem vedação legal em função do exercício de atividades com dedicação exclusiva; que tão somente o afastamento da atividade pública exercida é necessário para o auxílio à pessoa da família; e, que não haja incompatibilidade material com a natureza do cargo.

56. Por fim, deverá ser observado o que dispõe o Decreto Estadual nº 5.263, de 14 de outubro de 2002, em seu artigo 80, quanto à vedação ao exercício de atividade remunerada durante o período concedido de licenças médicas, sob pena de ter a licença cassada sem prejuízo às penalidades disciplinares previstas na legislação própria, conforme apurado em Sindicância.

À apreciação superior.

Cuiabá, 6 de Dezembro de 2022



CGESC1202202424



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Claudemir Advincula São Miguel
Auditor do Estado

Paulo Farias Nazareth Netto
Superintendente de Processos de Agentes Públicos



CGESC1202202424